

## **Imprensa da borracha: os primeiros anos do jornalismo no Acre<sup>1</sup>**

Luís Francisco MUNARO<sup>2</sup>

Roni Petterson de Miranda PACHECO<sup>3</sup>

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR

### **Resumo**

Este estudo buscará construir um horizonte relativo à imprensa do Acre que torne possível pensá-la de forma um pouco mais próxima ao restante da Amazônia brasileira. Ao mesmo tempo, pretende levantar informações relevantes sobre acervos documentais ainda disponíveis e jornais cujo acesso é público e, sobretudo, bibliografia útil para pensar a construção da Amazônia Ocidental brasileira. A partir do catálogo e identificação das linhas editoriais dos principais jornais, será mais fácil refleti-los à luz dos acontecimentos mais importantes que marcaram o primeiro quartel do século XIX não apenas no Acre, mas na Amazônia de uma forma mais ampla.

**Palavras-chave:** História da imprensa; Acre; Rio Branco; Ciclo da Borracha; República.

### **Introdução**

A expansão da economia acreana, que chegou a ser responsável pelo terceiro maior volume de exportação brasileiro em 1909 (*apud* RANZI, 2008), foi acompanhada pela multiplicação de tipografias e jornais. Tanto na Cidade da Empreza, atual Rio Branco, quanto em municípios interioranos, o intelecto vinculado aos grupos políticos Autonomista e Construtor rapidamente construiu mecanismos impressos para defender uma ou outra forma de organizar o território acreano, de forma mais ou menos emancipada da administração central brasileira.

Infelizmente, contudo, o vasto acervo produzido nesse período extremamente fecundo para os estudos de micro história está em pandarecos. No recorte temporal que concerne à realização deste projeto de pesquisa (*Imprensa e Modernidade na Amazônia Brasileira – 1821-1921*), dos 18 jornais arrolados por Olinda Assmar no que diz respeito ao Rio Branco, apenas cinco estão disponíveis para o acesso público. A pesquisa da professora Assmar, referência na história dos periódicos impressos no Acre, durou 12 anos e resultou na produção de uma coleção de editoriais de jornais impressos entre 1900 e 2000 através da atividade de grupos de bolsistas (ASSMAR, 2008).

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática – Jornalismo, no Grupo de Pesquisa – História do Jornalismo, do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professor, Doutor do Curso Comunicação Social, habilitação em Jornalismo da, Universidade Federal de Roraima (UFRR), e-mail: [luismunaro@yahoo.com.br](mailto:luismunaro@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Professor, Mestre do Curso Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal de Roraima (UFRR), e-mail: [ronipetterson@gmail.com](mailto:ronipetterson@gmail.com)

Apesar da coleção de editoriais e da análise contida em “Imaginário Social” (ASSMAR, 2007), os jornais arrolados logo viriam a se perder ou seriam deteriorados pela falta de manutenção adequada. Quer dizer, foram consultados e logo depois interditados. Além disso, as várias instituições destinadas à coleção de arquivos históricos atuam de forma pouco orientada, gerando grande fragmentação ou perda de jornais. Entre os arquivos que possuem periódicos estão a Biblioteca Pública do Acre (edições a partir de 2000), o Memorial do Autonomista (edições microfilmadas), a Biblioteca da Floresta (edições em processo de microfilmagem), o Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal (um acervo vasto que compreende mais de 100 anos de periódicos, alguns em processo de microfilmagem e com acesso limitado), a Fundação Elias Mansur (cujo acervo foi danificado pela enchente de 2015) e o Museu da Borracha (com vasto acervo impresso disponível para pesquisa e parte dele inutilizada em virtude da enchente). O mais importante acervo, relativo ao CDIH, passou dois anos fechado ao acesso público. Atualmente, a consulta aos jornais disponíveis é feita através do trabalho de uma aluna voluntária.

Outros acervos catalogados pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), como o “Arquivo Geral do Estado do Acre” e a “Divisão de Arquivo Público do Estado do Acre” não funcionam mais. A sede física do primeiro se transformou num Centro de Apoio a Crianças e Adolescentes e o segundo possui apenas escassos registros administrativos e de história da saúde. As portarias e documentos administrativos constantes nesses locais foram deslocados, segundo os diretores, para o Palácio de Justiça ou Casa Civil.

Ainda, contudo, que o descuido com a documentação tenha sido evidente, gerando perdas irreparáveis e extravio de material histórico, é possível traçar com algum rigor o itinerário da imprensa acreana sobretudo a partir da economia política do período, dos esboços históricos fundamentais construídos por Leandro Tocantins e Euclides da Cunha, e da transcrição de editoriais produzidos pela equipe de bolsistas liderada por Olinda Assmar.

Mesmo antes da construção desse farto número de jornais, há registro da passagem de “homens da imprensa” pelo Acre em situações políticas que envolviam a luta contra a pressão boliviana pela posse da região. Pressão boliviana que, do ponto de vista econômico, se traduzia nas atividades da companhia monopolista Bolivian Syndicate.<sup>4</sup> Noutras palavras, envolvia convocar os brios nacionais recém moldados pela Proclamação da República na preservação do território brasileiro. Nesses momentos *revolucionários* que

---

<sup>4</sup> Sindicato de capitalistas estrangeiros presidido pelo filho do presidente estadunidense, tinha sede em Nova York e o milionário Withridge como seu acionista principal.

antecederam a intervenção formal do Brasil através do Barão do Rio Branco, em 1903, vários jornalistas foram líderes de movimentos de emancipação, como José Carvalho (Cem dias de Paravicini)<sup>5</sup>, Orlando Corrêa Lopes (Expedição dos Poetas)<sup>6</sup> e o próprio Luis Galvez, redator do *Jornal do Commercio* em Manaus.<sup>7</sup> Essas lideranças regionais participaram e mesmo encabeçaram, em maior ou menor grau, movimentos de emancipação no Acre diante do governo boliviano. É possível especular que tenham ligação com o treinamento das elites locais na lide jornalística que começaria a ser percebida, no que diz respeito ao Rio Branco, em 1908.

No período que Cleusa Ranzi intitula “raízes do Acre” (2008), a partir de 1870, a penetração das ideias modernas acompanhou o forte crescimento econômico produzido, quase que exclusivamente, pela fabricação da borracha. As levas crescentes de migrantes nordestinos e a fraqueza do acesso boliviano à região, bem como os impostos estabelecidos pelo governo do país vizinho, tornaram a reivindicação dos brasileiros pelo território mais frequentes, só equacionadas definitivamente pela intervenção do Barão do Rio Branco através da assinatura do Tratado de Petrópolis. Nesse período, segundo Leandro Tocantins (*apud* RANZI, 2008, p. 50), a população acreana girava em torno de 70000 almas.<sup>8</sup>

O movimento emancipatório cindiu-se em duas formas de reivindicação distintas, pouco distantes uma da outra no que toca a qualquer tipo de transformação estrutural da economia ou política da região: pregadores da construção de um estado acreano versus adeptos da manutenção do Acre dentro da estrutura política do Amazonas (Autonomistas e Construtores, a partir do qual seria construído o partido Evolucionista, em 1921).

A partir desses dados historiográficos preliminares, este estudo buscará construir um horizonte relativo à imprensa acreana que torne possível pensá-la de forma um pouco mais próxima ao restante da Amazônia brasileira, sem, contudo, deixar de lado as suas especificidades micro-históricas. Ao mesmo tempo, pretende levantar informações

---

<sup>5</sup> No dia 1 de maio de 1899, seringalistas reunidos no seringal Bom Destino empreenderam a primeira luta contra o domínio boliviano, expulsando o coronel boliviano Moisés Santivanez, que substituíra o ministro Paravicini na região.

<sup>6</sup> Intelectuais e boêmios de Manaus enfrentaram tropas do exército boliviano enviadas pelo general Pando. A intervenção do Barão do Rio Branco gerou um tratado preliminar que amenizou a situação. Partindo de Manaus, os amazonenses liderados por Orlando Lopes pretendiam prestar auxílio aos seringueiros para a libertação do Acre.

<sup>7</sup> Foi o primeiro presidente do Acre, governando-o de forma pouco orientada por duas ocasiões, em 1899.

<sup>8</sup> Sobre a criação do território do Acre, por Rodrigues Alves, em 1904: “O território foi dividido em três departamentos: o do Alto Acre, o do Alto Purus e o do Alto Juruá. A administração departamental exercia-se, até 1921, por prefeitos designados pelo Presidente da República. Várias revoltas se insurgiram contra as administrações militares estabelecidas pelo governo federal. A reforma política de 1920 - que unificou as quatro prefeituras departamentais - serviu para acalmar o vale do Acre, com a capital estabelecida em Rio Branco”. Disponível em: <<http://www.portalamazonia.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

relevantes sobre acervos documentais ainda disponíveis e jornais cujo acesso é público e, sobretudo, bibliografia útil para pensar a construção da Amazônia Ocidental brasileira. A partir do catálogo e identificação das linhas editoriais dos principais jornais, será mais fácil refleti-los à luz dos acontecimentos mais importantes que marcaram o primeiro quartel do século XIX não apenas no Acre, mas na Amazônia brasileira de uma forma mais ampla.

### **1. A multiplicação de jornais durante a febre da borracha**

A dificuldade de pensar, de forma integrada, o surgimento e dispersão da palavra impressa na Amazônia brasileira é evidente. Além dos problemas de diálogo entre os estados dessa vasta região, há o sucateamento e perda de fontes relevantes, que só muito recentemente começaram a ser disponibilizadas de forma digital por meio, sobretudo, da hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Ainda que a tipografia, nos 15 primeiros anos do século XX, já esteja presente em todos os atuais estados do Norte do País, há diferenças gritantes entre as suas formas de apropriação e dispersão da palavra impressa nessas várias regiões. Se, no Acre, a imprensa acompanhou o boom da borracha, em Roraima, a título de exemplo, a imprensa é tibiamente introduzida pelos monges beneditinos (1914-1918), gerando apenas um jornal impresso a circular até 1940, situação não distante do Amapá, onde o jornal do deputado Francisco de Mendonça, chamado *Pinsônia* (1895), não conheceu um sucessor durante mais de 10 anos.

Essa ebulição atípica do jornalismo numa periferia torna o estudo da imprensa no Acre, que só em Rio Branco contou com, pelo menos, 18 títulos de periódicos até 1921, particularmente original. Soma-se a esse número os periódicos surgidos em várias cidades interioranas como Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Tarauacá, em sua maioria organizados em torno dos grupos de poder partidários Autonomista ou Construtor.

Como já foi visto, os principais estudos sobre a história da imprensa do Acre foram construídos através dos projetos de pesquisa de Olinda Assmar, responsáveis pelo elenco dos editoriais de jornais entre 1908, considerado o pontapé inicial, até 2000. No período de tempo compreendido pelo nosso recorte da nossa pesquisa, 1821 a 1921, os editoriais colecionados e disponibilizados somam os seguintes títulos: *O Rio Acre* (1908-1909), *Cidade da Empreza* (1910), *Folha do Acre* (1910-1918, 1921-1923), *Acreano* (1911-1912), *O Rebate* (1912-1913), *O Pium* (1913), *O Autonomista* (1914-1915), *Boletim Oficial* (1915-1918), *O Prego* (1915), *Jornal do Acre* (1916), *O Inseto* (1916-1917), *Reforma*

(1916-1917), *O Futuro* (1919-1921), *Noroeste* (1917), *O Foguetão* (1917), *A Notícia* (1918-1919), *O Norte* (1921-1922) e *A Capital* (1921-1922) (ASSMAR, 2007, p. 180).

Destes, puderam ser localizados nos arquivos públicos do Acre apenas a *Folha do Acre*, *O Rebate*, *O Futuro*, *A Notícia* e *A Capital*. Do ponto de vista físico, eles estão esgotados pelos anos de manuseio e má conservação. Nalguns casos, encontram-se em processo de microfilmagem e, no caso de *O Rebate* (1921), disponibilizados digitalmente no site da Biblioteca Nacional. Em virtude desse estado de deterioração e de extravio, uma das fontes de pesquisa mais importantes são os editoriais coligidos pela equipe de bolsistas organizada por Olinda Assmar, que servirá de roteiro para a construção da primeira parte deste artigo. Ainda que estejam limitados a editoriais pontualmente recolhidos, fornecem um panorama geral sobre a constituição da imprensa acreana.

Uma leitura gerada a partir de aprofundamento historiográfico sobre a região permite perceber que o intelecto local, gestado num contexto de luta pela emancipação política e questionamento quanto à administração central brasileira, foi treinado por forte ativismo jornalístico. Num primeiro momento, através do jornal o *Rio Acre*, de 1908, esse intelecto detectou com alguma precisão as funções da palavra impressa num contexto de busca pela civilização e, mais precisamente, a utilidade dos jornais e do jornalismo para a formação de uma consciência urbana numa cidade que, então, contava 5000 pessoas:

Na febre de reformas por que está passando o Departamento, na sede de civilização que atormenta a todos que habitam este pedaço da pátria brasileira, uma lacuna se faz sentir a cada momento – a falta de um jornal noticioso e diário (*O Rio Acre*, 1908, Ano I, *apud* ASSMAR, 2014, p. 19).

Prestar todas as informações que reputarmos de utilidade aos habitantes deste Departamento – a nossa principal aspiração. Proporcionar ao espírito dos que aqui demoram, aos goles do café matutino, notícias do que anda na rua, no ar e no mundo – o nosso escopo (*Ibid*, p. 19).

O autor parafraseia a máxima hegeliana sobre o aspecto fundamental do jornal na sociedade moderna (“o jornal é a bússola diária do homem moderno”). Ao mesmo tempo em que percebe a importância do jornal enquanto estruturador de sociabilidades, utiliza o coringa do ofício jornalístico contra quaisquer perseguições políticas ou contra a desconfiança de grupos de leitores. Quer dizer, o jornal afirma, através da “imparcialidade do jornal”, sua isenção e distanciamento de intrigas ou “programas preconcebidos”. Tanto quanto não há uma solidez institucional das elites políticas, organizadas de forma provisória, os grupos de poder econômicos buscam afirmar-se politicamente através da publicação de papéis periódicos. Daí o tom cuidadoso assumido nos editoriais que costumam acompanhar as primeiras edições. O *Rio Acre*, por exemplo, afirma que:

Sem programa preconcebido nem peias que tolham os seus passos, sem paixões que o desorientem nem compromissos que o perturbem, sereno, e o *Rio Acre* seguirá a senda que começa a percorrer, excitando os bons e fortes para que continuem a fazer o bem, amparando, tanto quanto possível, os fracos nas suas quedas e aconselhando aos que buscam a errada trilha, que melhor caminho tomem (*Ibid.*, p. 19).

Os jornais criados em 1910 com propósitos políticos opostos, de maior proximidade da administração federal ou emancipação/autonomia, protagonizam o primeiro embate doutrinal que apresenta semelhanças com outras localidades no Brasil, como a que diz respeito ao Norte de Goiás no mesmo período (MUNARO, 2014, p. 13). São eles a *Cidade da Empresa* e a *Folha do Acre*. O primeiro se intitula órgão oficial da administração do governo e dispunha de uma tipografia própria localizada na sede da prefeitura. Como será visto, o usufruto dessa verdadeira maravilha moderna – uma máquina de tipos – era vista com algum ciúme pelos opositores políticos. Diz o jornal que:

Sua missão é de paz e trabalho, a cuja sombra pode medrar e florescer as maiores e mais legítimas aspirações. E, conquanto publicação oficial, a *Cidade da Empresa* não se prende, nem prender-se pode a outro sentimento político que não seja o de trabalhar afoitamente pelo progresso desta terra, fadada aos mais altos desígnios. Não tem, não quer ter, nem pode ter nenhuma preferência entre facções que se digladiam e que se medem, sem que, entretanto, apresentem antagonismos de ideias ou de princípios que justifiquem o desagregamento das parcialidades em luta (*Cidade da Empresa*, apud ASSMAR, 2007, p. 20).

Enquanto constrói um discurso conciliador, apelando para a “reparação” que o Acre obterá da administração central depois dos embates que caracterizaram a luta pela emancipação diante da Bolívia, a *Folha do Acre* recorre ao sentimento nativista da luta pela posse da terra (uma versão acreana de “às custas do nosso sangue, vida e fazendas”), argumentando a necessidade de o Acre possuir uma administração mais independente – o que, na prática, implica na estruturação de um grupo de poder mais diretamente vinculado à elite seringalista. Tais argumentos vêm acompanhados de figuras retóricas bastante específicas das elites amazônicas: a riqueza das terras por elas administradas e mantidas diante das pressões cada vez mais sedentas de nações rivais:

Sob a perspectiva material o Acre se nos apresenta de uma grandeza que nos seduz e embevece; sob a perspectiva moral ele se nos revela duma grandeza que nos emociona e arrebatada. Se são formosas as suas matas-írgens, se são deliciosos os seus regatos, se são preciosos os seus produtos naturais, se finalmente no seu conjunto a natureza se esmerou em dotá-lo com o que possui de mais caprichoso e rico, não menos belo e não menos formoso é o espetáculo moral que nos oferecem a abnegação, o trabalho perseverante, o amor e a coragem de seus filhos, que o estremeçam num devotamento de todos os sacrifícios, de todos os martírios (*Folha do Acre*, apud ASSMAR, 2008, p. 21).

E é doloroso e compunge ver que um povo assim preparado para os mais altos desígnios e cuja dedicação e patriotismo o tenham afirmado tão brilhantemente, não só na luta da conquista que realizou contra as pretensões do estrangeiro que



ambicionava o domínio dessas paragens tão caras, mas também que se encontra empenhado para o engrandecimento do solo querido que defendeu com o seu próprio sangue; é doloroso e compunge, dizíamos, ver que esse povo seja atirado desapiadadamente ao ostracismo, ao abandono dos poderes públicos que o deviam auxiliar no seu louvável empenho secundando deus e dando-lhe no conceito oficial do país o lugar de honra pelos seus feitos gloriosos já fez jus no espírito de todos os bons patriotas (*Ibid*, p. 22).

O heroísmo acreano teria encontrado, na contraparte da administração central, apenas indiferença. Apesar do esforço material e emocional dos seringalistas e seringueiros, o governo republicano, ainda em processo de estruturação, não conseguiu oferecer uma contrapartida política, deixando o Acre administrado por prefeituras militares.

Numa direção semelhante à *Folha do Acre o Acreano*, surgido em 1911 através de iniciativa do Coronel Antônio Antunes Alencar, considerado veterano militar das campanhas revolucionárias no Acre,<sup>9</sup> coloca-se em favor do Partido Autonomista, mais concorde com a ideia de uma república federativa. Em seu primeiro editorial, o jornal afirma que:

Reaparecemos hoje na liça jornalística desdobrando a mesma bandeira que havíamos empunhado até agosto de 1910, isto é, a da autonomia deste Território. Escudados duas vezes pela Carta Magna da república, que nos garante a liberdade de consciência religiosa e política e que nos apoia implicitamente o programa partidário, prescindindo do elemento Território, na construção orgânica do Regime Republicano federativo que adotou, continuaremos a defender com o mesmo ardor o ideal de antanho, dentro e nos limites da ordem e das leis, traçadas por aquele mesmo Pacto Fundamental de nossas Instituições políticas quaisquer (*O Acreano*, 22 de outubro de 1911, *apud* ASSMAR, 2008, p. 23).

Segundo o jornal, as prefeituras seriam uma espécie de enclavamento militar responsável pela manutenção de uma estrutura de poder simplesmente indiferente aos reclames das elites seringalistas. O jornal, que fecharia em 1912 em virtude de agressões aos seus membros na sede da prefeitura, denuncia as ameaças da prefeitura e as “diatribes” da imprensa construtora:

Nem as violentas diatribes da Imprensa adversa, nem as ameaças dos apaniguados municipais, nos poderão afastar do caminho que nos propusemos seguir, na conquista deste ideal acreano, na defesa de amigos diletos. Caminharemos impávidos, como dissemos em nosso artigo inaugural, desta segunda fase de nossa campanha, e como a ave mitológica que renascia de suas próprias cinzas, nos elevaremos tanto, que não perceberemos o coaxar das rãs que chafurdam no lodo – IMPAVID PROGEDIAMUR (*O Acreano*, 5 de outubro de 1911, *apud* ASSMAR, 2008, p. 27).

Tendo a 10 do corrente um dos nossos redatores sido vítima de uma brutal agressão por parte do comandante da Companhia Regional, capitão Seixas e 12

---

<sup>9</sup> “Em 1902, tomou parte no movimento revolucionário do Acre ao lado de José Plácido de Castro e foi por este, na qualidade de Comandante em Chefe do Exército Acreano e Governador do Estado independente do Acre, nomeado, em 21 de outubro de 1903, Coronel do mesmo Exército [...]” Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

ou 15 soldados do exército, em pleno dia, dentro do edifício da Prefeitura, em horas de expediente, estando outros redatores e colaboradores nossos de igual agressão ameaçados porque não podiam mais silenciar, como até agora temos feito, sobre os vergonhosos abusos ultimamente cometidos aqui, sempre em proporção crescente, somos obrigados, por falta de garantias a suspender a publicação deste jornal ameaçado de empastelamento até que se modifique a situação asfixiante que preza atualmente sobre esta terra (*O Acreano*, 26 de junho de 1912, *apud* ASSMAR, 2008, p. 33).

Além das rixas internas entre os vários impressos que se sucedem no Acre, também pode ser detectada uma rivalidade com a imprensa central amazônica, acusada de depreciar as periferias. Nesse sentido, o *Acreano* reivindica as virtudes do homem acreano diante das “provocações” da imprensa localizada em Belém e Manaus. Sobretudo contra a *Folha do Norte*, de Belém, ele diz:

Há alguns anos, quando se libertou da Bolívia, choveram sobre o Acre palmas e flores a mancheias; mas, então, eram os primeiros vagidos da criança que acendiam os sorrisos. Desde, porém, que ele começou a sentir, a pensar, a querer, a União, figurando de madrastra, logo revelou a sua má vontade e desdém. E nessa má vontade, em coro, entram as praças de Manaus e Pará, com alguns jornais. É que, lá, já definiram a missão do Acre: encher de borracha os armazéns de Manaus e Pará, sujeitando-se a todas as exigências que lhe mandarem; encher de ouro o Theodoro Federal, à custa do enorme imposto que dele exigem (*O Acreano*, 14 de dezembro de 1911, *apud* ASSMAR, 2008, p. 30).

Diante da nítida dificuldade de lidar com o tema espinhoso da autonomia, surgem jornais que, sob a rubrica do humor e da produção literária, tratam do tema de forma tangencial: *O Pium*, de 1913, *O Prego*, de 1915, *O Foguetão*, de 1917. Trata-se de uma conjuntura vivenciada pela imprensa em períodos de maior pressão política catalisada pela censura: pode-se perceber isso tanto nos *journaux littéraires* que marcaram o início do jornalismo francês quanto na imprensa nacional durante a Ditadura Militar no Brasil. Diz o primeiro deles que:

Há muito que almejávamos dar à luz de publicidade um jornalzinho humorístico inofensivo que viesse agitar e evolucionar um pouco a rapaziada acreana. Mas não pude deixar de vacilar tal ideia ante a meticulosa dúvida de sermos malsucedidos em tão árdua como difícil tarefa. Mas, lançando a vista para o além, vimos com surpresa que o Sol da liberdade, outrora tão ofuscado, estava límpido e deslumbrante! Então animou-nos a encetar e prosseguirmos no nosso desejado intento (*O Pium*, 20 de fevereiro de 1913, *apud* ASSMAR, 2008, p. 36).

Essa discussão política marca um período de identificação do Acre diante do restante da Amazônia e, sobretudo, diante do próprio Acre. Sabe-se que a identidade é produzida a partir de um processo dialógico em que assume aspecto fundamental o confronto com a diferença política, ideológica, social. Nesse caso, as periferias amazônicas argumentam sua falta de espaço diante da administração central. Noutras



palavras, a sua busca pela soberania ou por um quinhão maior no processo político de afirmação da nação republicana (*apud* CASTRO, 2005, p. 182).

Era urgente ao Acre, portanto, nesse processo de confronto com o restante da Amazônia, comprovar as suas qualidades históricas e naturais, ao mesmo tempo em que demonstrar seu ingresso no Brasil republicano e civilizado. No que diz respeito à construção material da civilização, *O Inseto*, de 1916, lembra as qualidades da cidade do Rio Branco que, além da tipografia e do telégrafo, possuía:

um bom *Club*; um excelente jornal crítico (modéstia à parte); um ótimo cinema (olha as entradas, Chico!); *creuzas* eminentes; sorvetes a 500 reis; *boia* a 700 (consultem o Polibio); um bilhar com magníficas bolas... quadradas (jogo moderno); tudo isso, com luz elétrica por cima e o Acre, correndo sereno, por baixo... Agora juntem-se mais: o futuro Grande Hotel; a linha de tiro; o próximo teatrinho e a ausência a Curdoso e vejam se não temos razão para dizer: A Empresa está um paraíso! (*O Inseto*, 26 de outubro de 1916, *apud* ASSMAR, 2008, p. 44).

Além da inserção material da civilização através das inovações urbanas, o Acre já dispunha, segundo os jornais, de uma estrutura política renovada capaz de atender o ritmo do país. Lembrando que o principal argumento para as autoridades setoriais do Acre serem diretamente indicadas pela União seria o despreparo civilizacional e baixa educação dos habitantes fronteiriços (BENTO, 2002). Segundo o jornal *A Reforma*:

A esta seguiram-se duas reformas, e agora mesmo uma outra pende da aprovação do Legislativo e do Executivo, que, oxalá! seja a última, e nos traga os elementos para, gradativamente e sem abalos, nos levar até a autonomia, nos outorgando os direitos políticos, prerrogativa a que nenhum Estado da Federação fez jus com tão acendrado patriotismo e tão patriótico desprendimento como o Acre. E nós que olhamos esses assuntos exclusivamente inspirados no amor da nossa Pátria, que muito merece ser amada, não podemos deixar de pedir aos homens que nos governam, que dentro da Ordem e à sombra da Lei, deem solução urgente às nossas aspirações por meio de uma Reforma, o que justifica a Razão do Nosso Nome (*Reforma*, 1 de Setembro de 1916, *apud* ASSMAR, 2008, p. 45).

Além do treinamento na ideologia relativa à autonomia acreana, os jornais se mantêm apegados, cada vez mais firmemente, às elites seringalistas que ambicionam um contato mais íntimo com o poder político. Ou, então, são porta-vozes dos grupos que se alternam rapidamente com as nomeações políticas provenientes do Rio de Janeiro. Dessa forma, como observa o jornal *O Noroeste*, em 1917, além de ideologias rasas, apresentam-se em edições efêmeras, que não surtem efeito já que, na medida em que os redatores assumem alguma independência, passam a ameaçar as redes de compadrio que alcançam todas as dimensões da vida no Departamento:

A vida do jornal nesta cidade é, quase sempre, efêmera. Um ano, dois e o órgão do quarto poder deixa de existir, silenciosamente, pacatamente, como coisa que

chegou ao seu fim, sem que de si deixasse um forte sulco na vida do Departamento. Todo o mundo quer ler um jornal, mas poucos o auxiliam a vencer os tropeços que se lhe deparam. E ainda há mais. Querem-no enérgico, sem peias, independente, violento mesmo, mas ao próximo ato de energia, começam a surgir as censuras. Não se devia atacar A, porque é uma boa pessoa, um bom camarada; além disso, outros têm feito pior e ninguém ainda disse nada a seu respeito. E, depois, a vida é assim mesmo. Não vale a pena brigar, porque quem briga nada lucra. Afinal, o jornal é um pasquim como os outros (*Noroeste*, 15 de abril de 1917, *apud* ASSMAR, 2008, p. 47).

## 2. Os editoriais da Crise

A política do café com leite, centrada nos interesses do Sudeste do país, não estava pronta para oferecer soluções à crise econômica que se avizinhava com a concorrência da produção de látex inglês no Ceilão, Malásia e África tropical. Logo em 1910, um ano após formalizada a condição do Acre enquanto território brasileiro, a decadência do preço da borracha motivada pela exploração racionalizada nas colônias inglesas resultou na falência de várias companhias aviadoras e de seringalistas (KLEIN, 2012).

Obviamente, boa parte da economia amazônica girava em torno da extração do látex (WEINSTEIN, *apud* BUENO, 2012, pp. 34-6), estruturando-se a partir da posse oligárquica da terra, respaldada, como observou Klein relativamente às companhias acreanas, na aliança com meios políticos ainda incipientes que buscavam o reconhecimento do regime republicano. Ainda assim, havia dissidências pontuais com relação à aceitação ou não das autoridades das prefeituras, diretamente indicadas pelo governo federal. Essa dissidência era organizada, até 1921, através dos dois partidos mencionados anteriormente, respaldados por órgãos jornalísticos e *clubs*.

No que concerne ao estancamento das estratégias de produção na Amazônia, responsáveis pela aceleração da crise, Luis Osiris da Silva menciona que:

A Amazônia, descapitalizada, manietada pela falta de poupanças locais, presa a uma estrutura econômica retrógrada, viu passar desse modo sua chamada fase áurea. E assim, embora tenha sido a pedra de toque da conquista do vale para o Brasil, a borracha ficaria reduzida apenas ao mais vibrante capítulo do homem planicário para constituição de sua economia (*Apud*. BUENO, 2012, p. 52).

Os jornais, enquanto leitura periódica e atualizada da realidade, sugeriram com alguma antecipação essa crise, atribuindo-a, contudo, a motivos mais vinculados às suas estratégias editoriais do que a qualquer racionalização econômica; incluindo nisso a “preguiça”, “ócio” ou “cobiça” dos próprios seringueiros, sistematicamente alijados pelo trabalho compulsório. Além do tom assumido com relação ao seringueiro pobre ou ao

Outro urbano, o mendigo usado como figura retórica para comover as “autoridades federais”, há uma nítida decadência no número de páginas dos periódicos.

Essa crise, cujos primeiros anúncios foram feitos logo em 1910, começa a dar sinais trágicos no final da década, sem que tivesse havido qualquer mobilização efetiva contra a obsolescência da economia extrativista. Geralmente, medidas paliativas como a “troca” do produto de exportação eram sugeridas. O algodão, em várias circunstâncias, surgia no discurso dos jornais como a nova alternativa acreana.

Na maior parte das vezes, contudo, a decadência era traduzida em apelos às autoridades municipais, mais ou menos responsáveis pela estabilização da crise. Como sugere o jornal *Folha do Acre*,

Diante da crise agudíssima que atravessa o nosso comércio, tomamos na penúltima edição deste jornal o alvitre de lembrar ao Sr. Dr. Prefeito do departamento a necessidade urgente de, como primeira autoridade, representar perante os poderes públicos da Nação o sentimento comum do grande e pequeno comércio da região, no sentido de lhe ser deferida, diante da citada crise empolgadora, a mercê da moratória, para as suas obrigações mercantis, uma vez que a nossa situação econômica financeira de dia a dia (*Folha do Acre*, 5 de Agosto de 1918, *apud* ASSMAR, 2008, p. 50).

Evidentemente, nesse período de instalação da crise, o partido Autonomista enfraqueceu diante do Construtor, já que as receitas federais começaram a tomar parte mais ativa na manutenção das elites acreanas. Contudo, como sugere o jornal *O Futuro*, o fenômeno extravasava a vida política e econômica e começava a transformar a fisionomia da própria cidade, que recebia sucessivas levas de trabalhadores desempregados:

Não nos passou despercebido o fenômeno sociológico que se reproduz na região cada vez que ocorrem os sintomas de alta, ou esperança de melhor cotação dos produtos gomeiros. Quem assistiu, no início do ano, o aspecto impressionante da cidade a crescer na sua população normal com as levas diversas de extratores e desocupados dos seringais, em busca de uma miragem para satisfação dos seus destinos de nômades, afirmará conosco que esse momento de desolação e angústia passou, como a borrasca na vida e nos oceanos, e o período de resignação ou calma fez-se estabelecendo uma diretriz a estes desiludidos da indústria (*O Futuro*, 19 de junho de 1921, *apud* ASSMAR, 2008, p. 56).

Acompanhando *O Futuro*, surgiram ao menos mais dois jornais em Rio Branco, em 1921, ano em que as autoridades departamentais se transformaram numa só autoridade territorial extensiva a todo o Acre. Muito possivelmente motivados pela possibilidade de ingressar mais diretamente na captação de recursos federais, as elites investiram na criação dos jornais *A Capital* e *O Norte*.

A julgar pelos arranjos temporários entre a prefeitura e os seringalistas, os próprios jornais adotaram posturas mais ou menos independentes da administração prefetural,

sempre próximos dos *clubs* de seringalistas. O fato de o jornal possuir vínculos com a prefeitura e ser mais diretamente dependente de recursos públicos servia como argumento político aos opositores. Como insinua *A Notícia*, sobre seu jornal rival,

Sabemos que o pessoal da *Folha* está acostumado, não ao regime do viver às claras, mas sim aos arranjos escusos que tanto a têm comprometido ante a opinião sensata dos que neste Departamento trabalham para viver e não passam o tempo como parasitas alimentados pela seiva desonesta dos dinheiros públicos (*A Notícia*, 10 de março de 1918, p. 5).

A própria tipografia, tecnologia rara nesse período, podia ser utilizada para finalidades políticas mais ou menos convenientes, seja ela pertencente aos *clubs* ou à prefeitura (*A Notícia*, 21 de abril de 1918). Como demonstrado por Klein, a casa mais importante da época, da propriedade de Neutel Maia, ora se aproxima e ora se afasta do poder político. A amizade de Neutel com o prefeito Epaminondas Jácome, em 1910, por exemplo, daria lugar à oposição política através de processos judiciais em 1921, quando Epaminondas se tornou o primeiro governador do Território. No excerto seguinte, a Casa Neutel Maia recebeu um telegrama de Manaus relativo à paralisia do mercado da borracha, adquirido em “primeira mão” pela *Notícia*:

Raros são os industriais do Território que afagam ainda a esperança dos sete anos pingues de que nos trata a lenda bíblica, respeitante ao futuro áureo da goma elástica. Sobre isto não há mais ilusão. A realidade da *debacle*, prevista em 1912, pelo ‘O Imparcial’, do Rio, em ponderados artigos que deveriam ter falado no espírito do seringueiro, se outra for a sua educação prática e econômica, aí temo-la cada vez mais flagrante e dolorosa. Agora mesmo, depois de sucessivas desilusões sobre preços, procura e aquisição do nosso principal produto, abate-nos (mas não nos surpreende) a notícia transmitida de Manaus por telegrama à casa Neutel Maia & Comp. Desta praça, de que está paralisado o mercado da borracha, porque... porque a Inglaterra proibiu a sua importação, não obstante o consentimento da América do Norte para o seu transporte (*A Notícia*, 9 de junho de 1918, p. 1).

A Casa Neutel Maia passou a investir em clubes sociais recreativos, lojas de roupas e empréstimos financeiros a seringalistas endividados pela crise da borracha (KLEIN, 2012, p. 9). A desolação espiritual diante da decadência da economia gomífera parece ter tornado menos intensos os atritos impressos entre elementos da elite acreana, agora concentrados na paralisia generalizada do Território e preocupados com a negligência do governo federal diante das múltiplas falências. Como sugere a *Folha do Acre*, em 1921,

Nunca ouvido, embora, porque pregamos no deserto, onde não chega, senão aos poucos, senão mingudadamente, a ação dos poderes públicos, não deixaremos de clamar contra o desgraçado estado de coisas que faz dos acreanos os verdadeiros mártires, não da sua própria incúria, como já se tem afirmado; mas da condição geográfica do Território, e do abandono em que vive este punhado de brasileiros, de cujos feitos resultou a obtenção desta rica e imensa região (*Folha do Acre*, 3 de fevereiro de 1921, p. 1).

O Acre é, de certo, a parte em que a crise mundial refletiu de modo mais intenso e mais cruel. Estamos no caso de pedir a Deus e aos poderes públicos, não que nos livrem de qualquer prejuízo, mas que nos salvem da fome que aflige, impiedosa e com todas as suas exigências, a classe proletária de toda zona dos rios Acre e Tabunã (*Folha do Acre*, 2 de junho de 1921, p. 1).

Dentre as causas da degradação da economia, estariam não apenas a baixa dos preços gerada pela competição asiática, a negligência do governo federal, mas também a indolência e falta de preparo dos seringueiros brasileiros. Estes, como se viu, ora são os pobres famintos, ora são preguiçosos:

Em geral, (e com raríssimas exceções) o nosso extrator é, não só demasiadamente indolente, como ainda mais refratário ao cumprimento do dever, que todo o indivíduo deve se esforçar para cumprir, em todas as manifestações de atividade, na vida (*Folha do Acre*, 11 de agosto de 1921, p. 3).

Nesse contexto decisivo da formação do Acre, em que se aprofunda a crise e a autoridade municipal dá lugar à autoridade territorial, tornam-se comuns também as figuras retóricas alusivas ao estado de empobrecimento do Território, com “levas” de seringueiros perambulando pelas ruas. Ainda segundo a *Folha do Acre*:

Levas de homens, febris uns, em chagas outros, famintos todos, perambulam por aí, à toa, com esse ar de desalento que só lembra a figura esquelética da suprema desdita. Os reconhecidamente doentes, esses que podem mostrar as chagas nas pernas inchadas, pedem esmola, suplicam o pão, os restos de comidas pelas casas de família; os outros, os famintos, pedem trabalho, sem jamais se lembrarem de meios violentos, ou de outros meios menos confessáveis (*Folha do Acre*, 24 de fevereiro de 1921, p. 1).

Encaminhando soluções possíveis para a crise que, do ponto de vista econômico, implicava uma mudança na cultura extrativista, estava a revitalização do partido Construtor, agora convertido em partido Evolucionista, que se torna um dos principais instrumentos de representatividade política das elites acreanas – reunindo, inclusive, elementos autonomistas dispersos (BENTO, 2002):

Assentado sobre os sólidos alicerces da grande corrente da opinião pública, o Partido Evolucionista é hoje uma agremiação política de incontestável força, já pelos elementos de ordem e prestígio que a compõem, já pelos seus princípios de suas ideias reveladas nos itens do seu programa. Sectários dos credos desta política de planos vastos; desta política capaz de encher a medida de todos os desejos bons; de realizar os sonhos mais queridos de nossa gente; de satisfazer plenamente as justas ambições dos acreanos, vamos, de pena em punho, horizonte afora do nosso porvir, arrancando, aqui, ali, além, as urzes da longa estrada, que, certo, terá que ser alargada pelo braço vigoroso da nova geração (*Folha do Acre*, 1 de setembro de 1921, p. 1).

### **Considerações finais**

Apesar da abundância de documentos disponíveis nos acervos acreanos, eles equivalem a uma parte pouco substantiva daquilo que foi produzido no ciclo da borracha:

boa parte desses documentos foi perdida. Os documentos verificados demonstram um aspecto bastante importante da história amazônica: a dependência da palavra impressa dos ciclos de crescimento econômico potencializados pela exploração pontual de recursos. Expansão já observada em Manaus e Belém logo na década de 1850, e que encontraria espaço nos seringais acreanos no século seguinte.

Os jornais produzidos neste contexto assumiram a fisionomia das oligarquias que se alternavam no poder local. Rapidamente eles se estruturaram em torno dos partidos Autonomista e Construtor, que pouco diferiam quanto à relação com a economia acreana. Sua distinção estava, sobretudo, no tom da crítica destinada à autoridade das prefeituras indicadas pelo governo federal.

Diante da decadência da economia gomífera, o governo federal reagiu com a criação de uma autoridade territorial, alienígena, pouco capaz de alterar a ordem de coisas no Território. Essa pressão federal, entendida como uma relação entre centro e periferia, constituiu a principal matriz ideológica dos vários jornais surgidos. A necessidade de garantir a filiação à civilização brasileira alimentava o discurso do heroísmo do acreano, suas virtudes urbanas e seu potencial econômico aliado às riquezas naturais disponíveis na região.

### Referências bibliográficas

**A Notícia**, Rio Branco, (1918-1919).

ASSMAR, Olinda Baptista (Org.). **Editoriais dos jornais de rio branco séc. XX antologia**, vol. II. 2. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2008. v. 2. 665 p.

ASSMAR, Olinda Baptista, BONIFÁCIO, Maria Iracilda e LIMA, Gleyson Moura. **O Imaginário Social**. Estudo dos editoriais nos jornais de Rio Branco. Séc XX. Vol. 1. João Pessoa: Ideia, 2007.

BENTO, Francisco. **Autoritarismo e Personalismo no Acre**. Dissertação de mestrado apresentada à UFPE. Recife, 2002.

BUENO, Ricardo. **Borracha na Amazônia**: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização. Porto Alegre: Quattro Projetos, 2012. Disponível em: <<http://www.premiocnh.com.br/livros/livro2012.pdf>>. Acesso em: ??? jun. 2015

CASTRO, Zília Osório. “A independência do Brasil na historiografia portuguesa”. IN: JANCÓS, István (org). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Fapesp, 2005.

**Folha do Acre**, Rio Branco, (1921).



KLEIN, Daniel da Silva. **Casa N & Maia e Companhia: um estudo microanalítico sobre uma empresa seringalista no vale do rio Acre entre 1894 e 1938**. Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP, 2012.

MUNARO, Luís Francisco. Aspectos da imprensa e modernidade amazônicas: um estudo do centro às periferias. IN: **Revista Tropos**, Rio Branco, 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufac.br/revista/index.php/tropos/article/view/26>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. **O Sertanejo, o brabo e o posseiro: os cem anos de andanças da população acreana**. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

RANZI, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre**. Rio Branco: Edufac, 2008.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Vol III. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.